

Políticas Sociais na mídia uberlandense: mapeamento de notícias sobre políticas públicas sociais no portal de notícias G1 Triângulo¹

Marcela Salvador PISSOLATO²

Daniel Affonso Montandon POMPEU³

Bianca Mara Guedes de SOUZA⁴

Ana Cristina SPANNENBERG⁵

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar como ocorre o processo de agendamento da temática políticas sociais no portal de notícias online *G1 Triângulo*. Para tanto, apresentaremos os resultados de uma pesquisa que mapeou as notícias que possuíam a temática de políticas sociais durante 15 dias, utilizando a Análise de Conteúdo como metodologia. Conceitualmente, foram usadas algumas referências para definir o que são as políticas sociais e o seu retrospecto no Brasil (cf. HÖFLING, 2001; SARAIVA e CARVALHO, 2012), o agendamento midiático e a relação da mídia com as políticas sociais (cf. WOLF, 2003; MAINENTI, 2012; ROSSETO e SILVA, 2012; CANELA, 2008). Constatou-se que há pouca presença de políticas sociais nas notícias diárias do veículo e de personagens da sociedade civil como fontes para as matérias.

PALAVRAS-CHAVE: Agendamento; Análise de Conteúdo; *G1 Triângulo*, Políticas sociais.

1. INTRODUÇÃO

O tema políticas sociais foi consolidado como prática depois da quebra da bolsa de valores estadunidense e a crise mundial que foi decorrente dela, em 1929 e, posteriormente, no período de reestruturação econômica pós Segunda Guerra Mundial. Apesar disso, o tema não é novo a discussão do seu conceito remonta ao século XIX. É possível definir as políticas públicas como as ações que fazem parte da responsabilidade do Estado e as políticas públicas sociais como “ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio para a redistribuição

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.

² Estudante do 7º semestre do Curso de Comunicação Social: habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, email: marcela.pissolato@hotmail.com

³ Estudante do 7º semestre do Curso de Comunicação Social: habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, email: danpomp@gmail.com

⁴ Estudante do 7º semestre do Curso de Comunicação Social: habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, email: biancahguesdes@gmail.com

⁵ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social: habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, email: anaspann@gmail.com

dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HÖFLING, 2001, p.31)

O Brasil foi constituído historicamente como uma nação que possui grandes desigualdades sociais. Sempre foi explorado pelo grande capital internacional, por suas riquezas naturais e também pelos recursos humanos da terra, o que resultou em um aprofundamento das desigualdades sociais no país (GANEV; SARAIVA; VIEIRA, 2012). A esperança por uma sociedade mais igualitária veio no fim do período ditatorial, com os movimentos sociais e populares, reivindicações e luta por direitos sociais para todos.

Dessa forma, o tema que já estava presente em ações esporádicas em diversos governos, desde Getúlio Vargas até os presidentes militares, alcança visibilidade ampliada com a Carta Constitucional de 1988 (SARAIVA e CARVALHO, 2012). Ganhando destaque, após este marco, as políticas sociais, tanto em termos de pesquisa quanto de ação, passaram a ser adotadas como políticas de governo com o processo de redemocratização.

Os meios de comunicação têm um papel primordial na construção do agendamento das políticas sociais, sobretudo para a ampliação do debate em torno do tema. A cobertura política dos principais meios de comunicação, em geral, confere prioridade à política partidária e à personalização das ações (CANELA, 2008b, p.25-26). Dificilmente se encontram políticas públicas nas páginas de editorias de política e, assim, as notícias sobre tais temáticas acabam ficando dispersas em outras editorias.

O presente artigo é decorrente de um estudo que observou como esse processo de agendamento das políticas sociais ocorre nos veículos de comunicação de Uberlândia/MG, em especial no portal de notícias online *GI Triângulo*. O município, localizado na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possui uma população estimada de mais de 650 mil habitantes⁶, sendo o segundo maior do estado e a quarta maior cidade do interior do Brasil (IBGE, 2014). Quanto aos aspectos econômicos, é o 29º município brasileiro com maior PIB (IBGE, 2011) e possui PIB Per Capita de R\$ 34.575,29 que o coloca na 287ª posição entre os municípios brasileiros (IBGE, 2012). De acordo com uma Pesquisa da Organização das Nações Unidas que avalia as dimensões de educação, longevidade e renda, Uberlândia é o 71º com melhor Índice de

⁶ Dados do IBGE registravam, em 2014, 654.681 habitantes, porém o município possui um grande número de uma chamada “população flutuante”, que não está registrada nas estatísticas.

Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013a; PNUD, 2013b) entre os 5.565 municípios pesquisados pelo Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Já o veículo escolhido, o portal de notícias online *GI Triângulo*, é vinculado à TV Integração, que é retransmissora da Rede Globo. O *GI* é mantido pela Globo.com e sob orientação da Central Globo de Jornalismo. O portal disponibiliza o conteúdo de Jornalismo das diversas empresas do Grupo Globo - Rede Globo, Globo News, Rádios Globo e CBN, Jornais O Globo e Diário de São Paulo, revistas Época e Globo Rural, entre outras - além de reportagens próprias em formato de texto, fotos, áudio e vídeo.

O referido estudo foi desenvolvido no âmbito da Conexões - Agência de Notícias de Políticas, Ciências e Educação, vinculada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia. A Agência, em fase de implantação, foi criada em 2015, através de uma parceria entre o Curso e o Programa PET Conexões e reúne estudantes de diferentes cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. O artigo está estruturado em dois momentos iniciais, no primeiro apresentam-se os conceitos e um breve histórico das Políticas Sociais e, no segundo, como o tema vem sendo abordado pela mídia, sobretudo a brasileira. Na sequência, apresentamos brevemente o desenho metodológico da pesquisa e os principais resultados encontrados.

2. POLÍTICAS SOCIAIS: CONCEITOS E (IN)DEFINIÇÕES

Políticas sociais constituem um conceito complexo, por envolver aspectos políticos e acadêmicos (PEREIRA, 2011), e por carregar determinadas concepções de Estado e governo. Vale ressaltar que as políticas sociais são objeto de tratamento apenas em uma concepção de Estado: onde esse está incumbido de fornecer ao cidadão certos parâmetros de proteção social. Torna-se necessário, então, mostrar os limites, por entendermos que “toda análise de processos e relações sociais, na verdade, é impregnada de política e disputa de projetos societários, apesar de algumas perspectivas analíticas [...] propugnarem de variadas formas o mito da neutralidade científica” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.25).

As políticas sociais se consolidaram como prática a partir do pós Segunda Guerra, mas já haviam nascido como ideário no final do século XIX (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.32). As ideias do economista inglês John Maynard Keynes, um liberal não ortodoxo, inspiraram os conceitos das políticas sociais, que pretendiam minimizar a crise econômica decorrente da quebra na bolsa de valores estadunidense.

Ele se destacou por viabilizar uma saída para a crise, na qual os Estados Nacionais teriam uma ação direta na tarefa de associar desenvolvimento econômico e uma política de pleno emprego (BURGINSKI, 2013).

Os pilares do pensamento keynesiano, amplo sistema de proteção social, baseado no pleno emprego e regulação do mercado, e a concessão de direitos civis, políticos e sociais (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.32), eram, em resumo: “certas regulações do Estado para controle da economia e do mercado de trabalho [...] para manter o processo global de acumulação de riqueza capitalista e fazer frente à crises econômicas e ameaças sociais” (FALEIROS, 2013, p.34).

É possível dizer que a divisão em classes trazida pelo capitalismo cria grupos sociais mais frágeis e cujas demandas fomentam, dentro do Estado de Bem-Estar Social, a construção das políticas sociais (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.33). De tal forma, estas políticas constituem numa tentativa de equilibrar as distorções sociais, mantendo a ordem no mundo capitalista. Porém esta afirmação, por não ser um consenso, gera diversas polêmicas.

Para os neoliberais, as políticas (públicas) sociais – ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio. (HÖFLING, 2001, p.36)

Em Estados notadamente liberais, as políticas sociais possuem um aspecto compensatório, visando reequilibrar distorções eventualmente causadas pela estrutura de mercado; enquanto em Estados com tendências marxistas, tais políticas mostram um contorno mais complexo, considerando a construção de direitos sociais obtidos pela sociedade. Pode-se dizer, portanto, que essas peculiaridades também são observadas no discurso midiático, como será mostrado no próximo tópico.

No Brasil, a atenção às políticas sociais surge de modo mais incisivo nos períodos de governo de Getúlio Vargas (1930-45 / 1951-54). Regulamentar as condições de trabalho e estabelecer uma burocracia do Estado foram os principais motivos que justificaram sua implementação (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.33).

Os avanços nesta área foram prioritariamente para o trabalho e a educação durante algumas décadas.

Com o processo de redemocratização após o período de regime militar (1964-85) e com a promulgação da Constituição de 1988, o quadro começa a mudar.

O processo de redemocratização da década de 1980 teve como um de seus marcos a Constituição Federal de 1988, especialmente no que diz respeito à ampliação do espaço da população brasileira em uma democracia representativa e participativa, bem como na garantia da proteção e dos direitos sociais. Esse momento político também foi marcado pelo reconhecimento, por parte do Estado, da importância da participação social para a organização, elaboração, gestão e execução das políticas públicas e sociais. (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.42)

Porém, o retorno à democracia e a promulgação da Constituição – ambos promotores do maior acesso a direitos e participação sociais – se dá em um período de contestação do Estado de Bem Estar Social, quando o mundo passava por grandes crises econômicas em decorrência dos choques do petróleo. “Esse foi um dos fatores que [...] colaborou para que um modelo de Estado de Bem Estar Social não conseguisse realmente se efetivar no Brasil” (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.42-43).

Em decorrência das políticas desenvolvimentistas adotadas pelos governos ditatoriais, o país ficou endividado. Dessa forma, “na entrada dos anos 1980, tem-se um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos de redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.138).

Neste período, crê-se na falência do modelo de Estado de Bem Estar Social, tornando o cenário propício para o ressurgimento de ideais liberais. É nesse quadro que ganha força a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), entidade criada com apoio do Fundo Monetário Nacional (FMI) com objetivos de analisar a situação dos países latino-americanos, criar soluções econômicas e reorientar suas políticas sociais (BURGINSKI, 2013). O alcance das ideias da CEPAL, no entanto, torna-se bastante limitado quando chegamos aos anos 1990.

Os traços semânticos da ortodoxia liberal são revelados nessas recomendações, principalmente, ao delegar ao Estado o lugar da ineficiência, discurso intensificado profundamente na década de

1990. [...] Outra recomendação é a focalização que consiste em uma estratégia para direcionar as políticas sociais na perspectiva do ajuste. Trata-se de restringir a proteção social aos mais pobres, com o objetivo de combater a pobreza extrema. (BURGINSKI, 2013, p.33)

Para alguns pesquisadores, podem-se perceber mudanças sociais importantes a partir da década de 1990 no Brasil. A consolidação da democracia representativa e a inclusão social são algumas delas. A respeito das políticas sociais, as mudanças caminham mais na busca de equilíbrio de mercados e não têm como meta necessariamente a ampliação de direitos.

As diretrizes na condução da política social apresentam fina sintonia com as recomendações dos organismos internacionais. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006*, do Banco Mundial, é explícito: a meta é a *equidade*, entendida enquanto igualdade de oportunidades de forma que respeite as liberdades individuais, bem como o papel do mercado na alocação de recursos. O ex-presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, considera que a ação pública deva visar a ampliar o conjunto de oportunidades para aqueles que têm menos voz e menores recursos e capacidades. Mas isso deve ser feito de forma que *respeite e aumente as liberdades individuais, bem como o papel do mercado na alocação de recursos*. (IAMAMOTO, 2009, p.39-40 – grifos no original)

Pode-se dizer, então, que mesmo com os notáveis avanços em termos de políticas sociais no Estado brasileiro, muitos desafios permanecem carentes de enfrentamento. “O Estado brasileiro deve se assegurar para construir bases sólidas para manter a estabilidade conquistada, mas se pretendemos modificar a natureza e a abrangência das políticas sociais, precisamos de outro modelo de desenvolvimento [...]” (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.50). Nesta perspectiva, o grande desafio é a construção de um novo pacto social, pelo qual o objetivo seja a consolidação e ampliação dos direitos do indivíduo, mostrando a preocupação com o desenvolvimento humano e considerando-o como necessidade para o desenvolvimento econômico.

3. A MÍDIA E AS POLÍTICAS SOCIAIS: TERRITÓRIO DE CONFLITOS

O jornalismo não é uma prática recente, pois existem vários registros de civilizações da Antiguidade que relatam diferentes formas de produção e circulação de informação. Na Idade Moderna, essa atividade assume funções e características que lhe dão papel de destaque nas organizações sociais. Dessa forma, podemos afirmar que o

jornalismo é uma prática social que informa à sociedade sobre os acontecimentos de certo período.

A prática jornalística e sua rotina produtiva são questões que fazem parte especialmente na corrente que observa o *newsmaking*, Ocupar tempo e meios escassos com assuntos relevantes para o público são conflitos que permeiam o exercício do jornalismo e, por isso, para Wolf (2003), há necessidade de estabelecer rotinas produtivas. Neste estudo, queremos mostrar como os procedimentos de seleção durante o processo de produção da notícia, são elementos que influem para determinar a agenda social dos receptores.

A notícia são os fatos apresentados pelo jornalismo e difundidos pelos meios de comunicação. Para Mario Erbolato o grau de noticiabilidade depende do interesse do público, mas os veículos de certa forma impõem o que deve ser o assunto mostrado. “O noticiário deve ter utilidade pública para os leitores e influenciá-los pessoalmente, mostrando-lhes que devem ter um interesse no assunto divulgado. O maior número de leitores corresponde à melhor qualidade da notícia.” (ERBOLATO, 2003, p.52).

Erbolato (2003) ainda lança um olhar para a possibilidade dos meios de comunicação influenciarem a opinião pública ao decidirem o que será ou não noticiado. Algumas teorias da comunicação que tratam sobre a influência da mídia para os receptores corroboram a opinião do autor. É o caso da *agenda setting*, que indica sobre quais assuntos os receptores devem pensar (os mesmos que são abordados na mídia). Foi a hipótese da *Agenda Setting* que utilizamos nesta pesquisa.

Esta proposta foi desenvolvida no final da década de 1960 pelos pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw (MAINENTI, 2012; ROSSETO e SILVA, 2012).

A hipótese da *agenda-setting* não sustenta que a mídia tenta persuadir [...]. Descrevendo e precisando a realidade externa, a mídia apresenta ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião e discutir [...] A asserção fundamental da *agenda-setting* é que a compreensão das pessoas em relação a grande parte da realidade social é modificada pelos meios de comunicação de massa. (SHAW apud WOLF, 2003, p.143 – grifos no original)

Em outras palavras, o que sustenta tal hipótese é que os meios de comunicação de maneira geral influenciam seus públicos indicando os assuntos que devem pautar sua conversação cotidiana. A mídia, portanto, sob essa ótica detém o poder de interferir na

vida da sociedade e na percepção de problemas sóciopolíticos. Grande influenciadora da agenda política, ela “pode não conseguir, na maior parte do tempo, dizer às pessoas o que pensar, por outro lado ela se encontra surpreendentemente em condições de dizer aos próprios leitores sobre quais temas pensar alguma coisa” (COHEN apud WOLF, 2003, p.143-144).

Com isso, pode-se concordar com o que Mainenti (2012, p. 6) diz: “os veículos noticiosos são mais do que simples canal de transmissão dos principais eventos do dia: constroem e apresentam ao público um pseudo ambiente que condiciona como o público vê o mundo”. Dessa forma, os media expõem as pessoas uma série de assuntos e os elementos que os mesmos acabam enfatizando são os que também se tornam importantes para o público (ROSSETO e SILVA, 2012).

Neste artigo, buscamos apresentar a agenda das temáticas relacionadas às políticas sociais nos meios de comunicação da cidade de Uberlândia. Existem, no Brasil, estudos que abordam tais políticas e o tratamento que recebem na mídia. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), em 2007, observou em estudo que apenas 16% das notícias relacionadas à infância veiculadas por 54 dos principais jornais diários do Brasil, aborda o tema pela perspectiva das políticas públicas (CANELA, 2008a, p.92-93).

Pesquisadores observam algum desenvolvimento, com a entrada de poucos temas sociais na agenda midiática (MOTTA, 2008). Porém, esse desenvolvimento não merece destaque totalmente positivo, uma vez que as notícias relacionadas à temática tratada são apresentadas com pouco conteúdo voltado ao contexto de atuação das políticas e à apresentação e construção do debate para criar alternativas.

Apesar de todas as conquistas, as estatísticas seguem sendo desfavoráveis à cobertura destas temáticas. Pesquisa realizada pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2003), em 716 notícias veiculadas em 56 jornais brasileiros, revelou que a grande maioria deles publica, em média, cerca de uma matéria a cada dois dias sobre temas como pobreza e miséria, fome, desnutrição, exclusão, desigualdade, desenvolvimento humano, políticas compensatórias, assistencialismo, geração de renda e outros assuntos afins. Nos textos que tinham como foco essas questões, a ênfase estava no crescimento econômico como solução, não no desenvolvimento social e humano. Menos de 1% falava em desenvolvimento local, integrado e sustentável. (MOTTA, 2008, p. 334-335)

Nesse contexto, os meios de comunicação manteriam uma ordem já estabelecida. De acordo com Canellas (2008), a sociedade seria um organismo com partes doentes, e caberia à imprensa identificá-las para salvar o restante do corpo. Seria natural, então, que a imprensa “gravite sempre em torno dos mesmos temas e do mesmo tipo de enfoque, reverberando escândalos e denúncias, mas deixando de tocar em questões realmente importantes, justamente aquelas que são tão caras à agenda social” (CANELLAS, 2008, p.106).

Desse modo, entende-se que a mídia possui papel de destaque na ampliação do debate sobre as políticas públicas, sobretudo aquelas de voltadas ao âmbito social. Entre os defensores de tal ideia, a qual nos filiamos, considera-se que a mídia pode auxiliar:

- a. Contribuindo para o agendamento dos temas prioritários para o desenvolvimento humano;
- b. Atuando como instituição central no sistema de freios-e-contrapesos dos regimes democráticos, colaborando para que os governos (mas também o setor privado e a sociedade civil) sejam mais responsivos (“*accountable*”) na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- c. Informando, de maneira contextualizada, os cidadãos e as cidadãs de tal forma que estes possam participar mais ativamente da vida política, fiscalizando e cobrando a promoção de todos os direitos humanos. (CANELA, 2008b, p.11-12)

No intuito de tornar a mídia mais efetiva na abordagem das temáticas em questão, entende-se que é preciso monitorar o tratamento dado a tais temas, considerando maior participação dos atores sociais envolvidos e dos grupos de interesse diretamente relacionados.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo, como já mencionado, propôs um mapeamento da temática políticas sociais nos veículos de mídia com produção jornalística no município de Uberlândia, com foco no portal de notícias online *G1 Triângulo*, vinculado à TV Integração, que é retransmissora da Rede Globo na cidade. Optamos por selecionar esse portal por se encaixar na caracterização de “produção jornalística” e “periodicidade diária”. O G1 é mantido pela Globo.com e sob orientação da Central Globo de Jornalismo. O portal disponibiliza o conteúdo de Jornalismo das diversas empresas do Grupo Globo - Rede Globo, Globo News, Rádios Globo e CBN, Jornais O Globo e

Diário de São Paulo, revistas *Época* e *Globo Rural*, entre outras - além de reportagens próprias em formato de texto, fotos, áudio e vídeo.

Para tanto, optamos pela utilização da Análise de Conteúdo como método de pesquisa. A AC é uma metodologia eficaz para uma série de observações no âmbito dos estudos do jornalismo, como por exemplo, a do agendamento midiático, na qual esta proposta se encontra fundamentada. Herscovitz (2007) destaca que ela “pode ser utilizada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (p. 123).

No desenvolvimento do mapeamento proposto⁷, optamos por realizar dois momentos de análise. No primeiro, ao qual denominamos pré-teste, desenhamos um quadro metodológico com seis operadores de análise a serem observadas (editorias, fatos geradores, sujeitos mencionados, sujeitos ouvidos, abordagem e destaques), para aplicação a todas as edições coletadas no período de 25 a 29 de maio de 2015, identificando conteúdos jornalísticos que fizessem, tanto abordagem diretas, quanto indiretas às políticas públicas sociais.

Após análise dos resultados desse teste, realizou-se o ajuste no quadro metodológico (figura 01), que em sua versão final ficou com também com seis operadores de análise, tendo sido substituído o operador “editoria” pelo operador “temática” e sendo eliminada a observação de conteúdos indiretamente relacionados às políticas públicas sociais. A nova coleta de dados foi realizada no período de 15 dias consecutivos: 23 de novembro de 2015 a 06 de dezembro de 2015.

FIGURA 01: Quadro metodológico adotado na análise

Número total de matérias:	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (nº)	Sujeitos ouvidos (fontes - nº)	Abordagem	Destaques
MATÉRIA 01: (inserir título – ou chamada para o vt)	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Economia <input type="checkbox"/> Comportamento <input type="checkbox"/> Segurança <input type="checkbox"/> Outra. Qual?		Representantes governamentais: Sociedade civil: Outros:	Representantes governamentais: Sociedade civil: Outros:	<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa <input type="checkbox"/> Neutra	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Fonte: Elaboração das autoras, baseada em pesquisa.

⁷ Ressalte-se que o mesmo instrumental foi adotado para análise de outros veículos da mídia uberlandense, a fim de compor a pesquisa completa à qual este projeto está subsumido.

A partir da aplicação desse quadro na observação da análise de 12 edições do portal de notícias *GI Triângulo*, os resultados obtidos foram sistematizados em um quadro que sintetiza nossas descobertas.

FIGURA 02: Quadro síntese dos resultados obtidos

Número total de matérias:	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (nº)	Sujeitos ouvidos (fontes - nº)	Abordagem	Destaques
12	Habitação: 04 Assistência social: 02 Meio ambiente: 01 Educação: 01 Economia: 01 Segurança: 01 Violência contra mulher: 01 Agricultura: 01	Alguns principais fatos: Mobilização contra violência a mulher; ocupações urbanas; infraestrutura de água potável em assentamentos; desapropriação e despejo de famílias; atraso no pagamento de bolsas de assistência estudantil; “invasão” em casas do ‘minha casa minha vida’; protestos contra contemplados do programa ‘minha casa minha vida’.	Representantes governamentais: 18 sujeitos mencionados no conjunto total de matérias. Sociedade civil: 12 mencionados no conjunto total de matérias. Outros: não foram mencionados.	Representantes governamentais: 17 sujeitos ouvidos no conjunto total de matérias. Sociedade civil: 04 sujeitos ouvidos no conjunto total de matérias. Outros: 01 sujeito ouvido.	Positiva: 04 matérias Negativa: 04 matérias Neutra: 04 matérias	09 foram destaques (primário ou secundário) 03 matérias não receberam destaque.

Fonte: Elaboração das autoras, baseada em pesquisa.

Cabe destacar, ainda, alguns elementos que chamam a atenção na cobertura que o portal de notícias online *GI Triângulo* realiza sobre as políticas públicas sociais no município de Uberlândia/MG.

Primeiramente sobre a temática, é possível ver que a mais encontrada foi a de habitação, seguida por assistência social e meio ambiente. Os fatos geradores são variados, mas o programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida” é o que mais está presente, sendo consequência da temática mais abordada durante os dias. A respeito dos sujeitos que foram mencionados em todas as notícias, encontramos muitos representantes governamentais, seguido por pessoas da sociedade civil. Mas a maior discrepância está nos sujeitos que foram ouvidos nas matérias, ou seja, as fontes. É

nítida a predominância de fontes oficiais como os representantes do governo (17 sujeitos) que foram ouvidos em 11 das 12 matérias, enquanto que a sociedade civil teve pouquíssimo espaço, apenas em quatro. Além disso, vale destacar que ela foi mais ouvida quando a notícia teve alguma abordagem negativa sobre o fato.

Com a análise também se percebe um equilíbrio nos tipos de abordagens feitos, tendo quatro matérias neutras, quatro positivas e quatro negativas. O destaque também teve uma grande diferença, pois nove notícias tiveram algum tipo de destaque na página principal do portal, enquanto as outras três não foram destacadas em nenhum dia ou local do site.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática das políticas sociais começou a ter presença em nosso país com os movimentos sociais no final da ditadura militar e ganhou maior visibilidade com a Constituição Federal de 1988, começando a ser adotada como política de governo e de Estado. Hoje, esse tema está mais presente, mas não recebe o tratamento ideal da mídia a qual usa diversos critérios de seleção e produção de notícias para determinar a agenda social dos receptores, que é o objetivo desta pesquisa.

Os resultados da análise que foi feita mostram que as políticas sociais ainda não são noticiadas diariamente, já que durante os 15 dias foram encontradas apenas 12 matérias relacionadas diretamente ao tema no portal de notícias analisado. Com os resultados, chama-se a atenção para o fato de que as fontes oficiais são sempre mencionadas e, na maior parte das vezes, ouvidas, enquanto os sujeitos envolvidos são ouvidos apenas em alguns casos. A grande diferença no número de representantes do governo e da sociedade civil que foram fontes nas matérias chama a atenção para uma falta de humanização da mídia ao noticiar a temática. Afinal, se as políticas sociais surgiram em resposta às demandas de grupos sociais, como definiram Saraiva e Carvalho (2012), por que praticamente excluir a própria sociedade quando o assunto é tratado na mídia? A nosso ver, há uma incoerência do veículo de comunicação e sua relação com as políticas sociais quando ele deixa a sociedade de lado.

Entendemos que os meios de comunicação possuem papel de destaque para ampliar o debate em torno do tema, mas é preciso ficar atento sobre como está sendo feito esse agendamento e o processo de produção das notícias. Cabe observar que a mídia tem necessidade de ter um caráter mais responsivo e dialógico com os atores sociais envolvidos e interessados (CANELA, 2008b), principalmente se tratando de

políticas públicas sociais, ou seja, que lidam diretamente com toda a sociedade, seja no âmbito nacional, estadual ou regional – que é o caso da pesquisa.

Apesar do objetivo principal de apontar e mapear a forma de abordagem da temática de políticas públicas sociais pelos meios de comunicação de Uberlândia, este artigo, acreditamos, poderá servir para novas descobertas e desdobramentos. É nossa intenção, também, permitir que outras reflexões possam ser feitas, contribuindo para que a sociedade se torne mais subsidiada e capaz de observar o trabalho da mídia e exigir mudanças.

REFERÊNCIAS

ABERTAS inscrições para escola móvel Sesi/Senai em Uberlândia. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 26 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/concursos-e-emprego/noticia/2015/11/abertas-inscricoes-para-escola-movel-sesisenai-em-uberlandia.html>. Acesso em: 27 nov. 2015

BAUER, Martin W. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George. (orgs) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** – Um manual prático. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis : Vozes, 2000, pp. 189-217.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9.ed. São Paulo : Cortez, 2011.

BOLSAS de assistência estudantil voltam a atrasar na UFU. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 30 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/11/bolsas-de-assistencia-estudantil-voltam-atrasar-na-ufu.html>. Acesso em: 01 dez. 2015

BURGINSKI, Vanda Micheli. *As recomendações da CEPAL e a Política Social na América Latina no século XXI*. In: CARIAGA, Maria Helena; SCHEFFER, Graziela; BURGINSKI, Vanda Micheli. **Políticas sociais, práticas & sujeitos: prismas da atualidade**. Campinas : Papel Social, 2013, pp.21-36.

CAMINHÃO baú é entregue para agricultores familiares em Uberlândia. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 30 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/11/caminhao-bau-e-entregue-para-agricultores-familiares-em-uberlandia.html>. Acesso em: 01 dez. 2015

CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008a.

_____. *A cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 10-30.

CANELLAS, Marcelo. *Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 104-114.

COMBATE à violência contra a mulher é tema de mobilização em Uberaba. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 23 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/11/combate-violencia-contra-mulher-e-tema-de-mobilizacao-em-uberaba.html>. Acesso em: 24 nov. 2015

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo** – Redação, Captação e Edição no Jornal Diário. São Paulo : Ática, 2003. Série Fundamentos.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social?** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. Col. Primeiros Passos, n. 168.

GANEV, Eliane; SARAIVA, Flávio Mesquita; VIEIRA, Sílvia Valéria (Org.). **Políticas Sociais: percursos e desafios interdisciplinares**. São Paulo: Terracota, 2012.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. *Análise de conteúdo em jornalismo*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis : Vozes, 2007 (Coleção Fazer Jornalismo).

HÖFLING, Eloísa de Mattos. *Estado e políticas (públicas) sociais*. Caderno Cedes, ano XXI, n. 55, pp.30-41, novembro/2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> Acesso em: 10 dez 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Estados, classes trabalhadoras e políticas social no Brasil*. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. 2.ed. São Paulo : Cortez, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2011**. 2011. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municípios/2011/pdf/tab01.pdf Acesso em: 10 abr 2015.

_____. **Cidades @ - Uberlândia**. 2012. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=317020&idtema=134&search=minas-gerais> Acesso em: 10 abr 2015.

_____. **Estimativas Populacionais para os Municípios Brasileiros em 01.07.2014**. 2014.

Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou.shtm Acesso em: 10 abr 2015.

INVASÕES de casas em Araguari atrasam espera de beneficiados. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 01 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/12/invasoes-de-casas-em-araguari-atrasam-espera-de-beneficiados.html>. Acesso em: 02 dez. 2015

JUSTIÇA determina desapropriação de dez casas no Lagoinha em Uberlândia. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 25 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/11/justica-determina-desapropriacao-de-dez-casas-no-lagoinha-em-uberlandia.html>. Acesso em: 26 nov. 2015

LIMINAR determina que Inbra garanta água em assentamento de Uberlândia. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 24 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/11/liminar-determina-que-incra-garanta-agua-em-assentamento-de-uberlandia.html>. Acesso em: 25 nov. 2015

MAINENTI, Geraldo Márcio Peres. *A teoria da Agenda: a Mídia e a Opinião Pública*. In: **IX POSCOM – Seminários dos Alunos da Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC**

Rio. 2012. Disponível em: <http://pucposcom-rj.com.br/wp-content/uploads/2012/12/2-Geraldo-M%C3%A1rcio-Peres-Mainenti.pdf> Acesso em 13 mar 2015.

MORADORES de Frutal protestam contra contemplados em casas da Prefeitura. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 03 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/12/moradores-de-frutal-protestam-contras-contemplados-em-casas-da-prefeitura.html>. Acesso em: 04 dez. 2015

MOTTA, Luiz Gonzaga. *E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 333-342.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social – Temas & Questões**. 3.ed. São Paulo : Cortez, 2011.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDHM Municípios 2010**. 2013a. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx> Acesso em: 18 abr 2015.

_____. **Atlas Brasil 2013: Tabelas Complementares para Avaliação dos Municípios Brasileiros**. 2013b Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3750> Acesso em: 18 abr 2015.

PREFEITURA de Uberlândia realiza sorteio de 2 mil casas neste sábado. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 04 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/12/prefeitura-de-uberlandia-realiza-sorteio-de-2-mil-casas-neste-sabado.html>. Acesso em: 05 dez. 2015

ROSSETTO, Graça P.N; SILVA, Alberto Marques. *Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria?* **Revista InTexto**, Porto Alegre : UFRGS, n.26, pp.98-114, jul 2012.

SARAIVA, Flávio Mesquita; CARVALHO, Fátima Franco Oliveira. *Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo, reforma do Estado e subordinação das políticas sociais à política econômica*. In: GANEV, Eliane; SARAIVA, Flávio Mesquita; VIEIRA, Sílvia Valéria (org.). **Políticas Sociais: percursos e desafios interdisciplinares**. São Paulo : Terracota, 2012, pp.31-52.

SEDS cria projeto para famílias em vulnerabilidade social em Uberaba. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 03 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/12/seds-cria-projeto-para-familias-em-vulnerabilidade-social-em-uberaba.html>. Acesso em: 04 dez. 2015

SEM moradia, ocupações viram escolha de muitos em Uberlândia. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 24 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/11/sem-moradia-ocupacoes-viram-escolha-de-muitos-em-uberlandia.html>. Acesso em: 25 nov. 2015

UBERLÂNDIA procura identificar e amparar migrantes e refugiados. **G1 Triângulo Mineiro**, Uberlândia, 02 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/12/uberlandia-procura-identificar-e-amparar-migrantes-e-refugiados.html>. Acesso em: 03 dez. 2015

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Col. Leitura Crítica).